

Fé e Política

A fé cristã, historicamente, adotou uma conotação intimista e espiritual, diminuindo sua dimensão mobilizadora e transformadora. O modelo de relação Fé e Política tenta resgatar a genuinidade cristã da fé.

Objetivo:

- integrar dinamicamente a “Fé” e a “Política”, duas dimensões importantes da existência humana, ou
- propiciar uma educação política mediada por princípios da fé cristã, tendo um referencial bíblico, espiritual e teológico, ou
- adotar uma abordagem teológica da formação política

1. Teologia do Engajamento Sociopolítico.

A teologia do engajamento sociopolítico versa sobre o engajamento feito a partir da fé, e é realizada baseando-se em alguns elementos do Ensino Social da Igreja e da Teologia latinoamericana.

O engajamento sociopolítico:

- Não é uma análise para as relações Fé e Política;
- É eminentemente prático;
- É um salto qualitativo de uma categoria prática (simples engajamento sociopolítico) para uma outra, analítica (engajamento sociopolítico a partir da fé).
- É a valorização da atividade cristã transformadora no meio do mundo;
- É a opção preferencial pelos pobres como critério pastoral;
- É o empenho pela justiça como sendo inerente à fé cristã.

1.1. Fundamentação Bíblica e Cristológica

A teologia do engajamento sociopolítico fundamenta-se inicialmente no livro do Êxodo, especialmente em seus primeiros capítulos.

- A experiência fundante do povo de Israel, de um Deus que vê seu sofrimento e desce para libertá-los (Ex 3,7-8), que se aproxima deles e comunga com eles, que se envolve na história agindo em seu favor;
- Esse Deus libertador utiliza-se de mediações humanas para realizar sua vontade, chamando por isso Moisés para executar seu misterioso desígnio de devolver a esse grupo de escravos a dignidade de povo escolhido (Ex 3,9-10);
- Questionado por Moisés, Deus revela-se com um nome que exprime ação e movimento, denotando a sua presença ativa e sua relação dinâmica com seu povo: “Eu sou aquele que sou” (Ex 3,14). É porque Ele é o “Eu sou” que pode intervir na vida desse grupo e libertá-los. Não é um Deus ausente, mas um Deus que está, que permanece, que é, de tal maneira que na tradição profética será identificado como Emanuel, Deus conosco (Is 7,14);
- A desobediência civil das mulheres hebréias parteiras (Ex 1,15-22) foi tão importante quanto a ação de Moisés, na fidelidade a Deus libertador, porque não antepuseram interesses pessoais ao chamamento libertador;
- A libertação do povo de Israel do Egito teve implicações políticas;
- Há uma constante de Deus se utilizar de mediações humanas para agir na história; “Nós somos chamados a ouvir o clamor do povo sofrido e a estar em sintonia com Deus, para que nossa ação política coloque efetivamente o povo no centro das atenções”.

Outro fundamento para essa teologia pode ser encontrado na prática de Jesus de Nazaré, através da releitura das atitudes de Jesus a partir da ótica política.

- Os evangelhos sinóticos evidenciam que o Verbo de Deus nasceu e viveu pobre no meio de um povo acobardado pelo pecado e pela dor, povo que aguardava o dia da libertação com a chegada do Messias;

- A essas pessoas, Jesus anunciava o evangelho do cumprimento das promessas de Deus: o tempo estava completo, e o Reino de Deus havia chegado (Mc 1, 15);
 - Essa dimensão do Jesus histórico presente nos evangelhos sinóticos apresenta Jesus em relação de solidariedade com os grupos mais desprezados de seu tempo, demonstrando carinho, aproximação e compromisso;
 - Jesus chama seus discípulos para aceitarem esse compromisso, fazerem como Ele fez;
 - Essa releitura do evento Jesus Cristo, a partir da política, não esvazia sua divindade, fazendo-o um Messias simplesmente humano (que Jesus sempre rejeitou), mas referencia a prática política dele a partir das suas atitudes, sua pregação e suas opções, que caracterizaram o Jesus histórico, em sua ação no mundo;
 - Ele não deseja que seus discípulos sejam tirados do mundo, mas que se conservem na verdade (Jo 17,15). O “mundo” é, assim, para ele, espaço onde o amor do Pai deve ser anunciado em uma práxis de justiça, de bondade, de graça, de paz, de libertação e salvação;
 - o mundo é, ainda, o espaço onde o testemunho das obras dos seus discípulos têm que re-criar constantemente uma convivência humana baseada nos valores do Reino de Deus, até o fim dos tempos.
 - A política deve ser a arte de estar presente no meio do povo, atento às suas necessidades e comungando de sua vida, ou seja, a valorização da presença cristã em meio às realidades sociopolíticas;
 - Deve-se romper com a tradicional fuga mundi que caracterizou a fé cristã em outros tempos.
- A releitura das Cartas Paulinas e Católicas a partir da ótica política evidenciam que:
- A fé possui uma dimensão fundamental que são as “obras”, mediatizada pela caridade. A fé opera através da caridade (Gl 5,6) e, sem obras, é morta em si mesma (Tg 2,14-18).
 - Elas destacam o engajamento social do cristão, movido pela fé.

1.2. A Cidadania como Hermenêutica da Teologia do Engajamento

O conceito moderno de cidadania enquanto ação política é o elemento fundamental para a compreensão de uma fé que se projeta sobre a realidade social.

A cidadania, enquanto ação política, tem suas raízes nos primórdios da civilização ocidental, a partir dos paradigmas grego e romano.

Paradigma Grego

- Malgrado a exclusão de estrangeiros, escravos e mulheres, a atividade política desenvolvia-se como gestão da coisa pública, em que buscar o bem da pólis, ao invés do individual, era considerado uma virtude cívica. A autoridade do soberano passava por leis definidas pela assembleia dos cidadãos, espaço onde se desenvolveriam as discussões em torno das coisas públicas. Assim, a participação efetiva era a mediação para o exercício da gestão pública.

Paradigma Romano

- A gestão da coisa pública transfere-se para a instituição em que ela se realiza, em uma esfera autônoma da sociedade, que é o Estado. Com isso, a política institucionaliza-se e se torna prerrogativa de um pequeno grupo dirigente, despolitizando o cotidiano, isto é, excluindo o cidadão da administração da res pública.

No pensamento político ocidental, utilizaram-se os conceitos do paradigma grego, mas a realização concreta repercutiu o paradigma romano. Há uma urgência de se cruzar os dois modelos, desalienando a política e aproximando-a da vida dos cidadãos.

O conceito de “cidadania” é polissêmico: pode tomar um viés conceitual ou político; um viés jurídico, a partir da noção de direitos e deveres; um viés natural; ou ainda um viés ético-político. Nesse último sentido, a cidadania apresenta-se sob o seguinte aspecto:

“Mobilização concreta pela promoção da vida e pela construção de estruturas voltadas para o bem-estar da maioria. É querer mudar a realidade a partir da ação com os outros, da elaboração de propostas, de

crítica, da solidariedade e da indignação com o que ocorre entre nós”. (JUNIOR, João Luiz Correia. Cidadania : uma postura de vida coerente com a Palavra de Deus. Estudos Bíblicos 79 (2003/3), p. 11.)

A hermenêutica da teologia do engajamento sociopolítico é feita através da cidadania neste sentido. A hermenêutica apresenta, no entanto, diversos matizes teológicos.

1.2.1. Matiz Bíblico

Contempla tanto o Antigo quanto o Novo Testamento. A fé no Deus que se revela se expressa através de comportamentos no âmbito das relações humanas. Na Sagrada Escritura encontram-se preciosas indicações para uma reflexão sobre a cidadania.

- A proto-história javista (Gn 2,4b-3,4) narra o projeto de Deus para sua criação como um paraíso, integração, realização e “democracia cósmica”. Revela ainda que o exercício da liberdade tem suas ambiguidades; corre-se o risco de ser egoísta, da busca exclusiva dos interesses particulares, que é a origem de todos os pecados do mundo. Além do alcance teológico, esta passagem mostra também a perspectiva ética e política na formação e na postura das pessoas, na responsabilidade e no risco que cada um tem pela construção do bem comum;
- A história da salvação, narrada especialmente no Antigo Testamento, é uma história de construção da cidadania. Abraão é chamado a constituir um povo, que será herdeiro de suas promessas e povo eleito de Javé. Moisés sela uma aliança libertadora com o Senhor, resgatando seu povo da escravidão e devolvendo-lhe a liberdade. Além disso, estabelece leis que garantam a justiça e evitem a exploração, como o perdão das dívidas e a redistribuição das terras. E quando isso não é praticado, surgem os profetas, que proclamam com coragem o direito, a justiça e a paz, chamando o povo à santidade original;
- Abordando-se o Antigo Testamento na perspectiva do sonho de Deus de construir um povo solidário e fraterno, a serviço da vida plena, na justiça e na equidade, ilustra-se bem uma história de construção da cidadania;
- Enfatiza-se aqui a sacralidade do ser humano, ressaltando sua eminente dignidade, fonte de direitos. Como se sabe, a ONU promulgou em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os legisladores dessa Declaração Universal tiveram por base uma compreensão filosófica da natureza humana. Realizando uma releitura desses direitos à luz do livro do Deuteronômio, deduzem-se biblicamente os direitos universais da pessoa, como liberdade, igualdade e fraternidade, que estão no centro do Deuteronômio, com a intervenção de Javé, resgatando o povo de Israel da escravidão do Egito, estabelecendo um paralelo com a Declaração da ONU.
- No Novo Testamento, importa destacar o texto em que Paulo exorta os filipenses a viver uma vida digna do evangelho de Cristo (Flp 1,27), utilizando a palavra grega *politeuesthe*, cuja raiz está no verbo *politeuomai*, que tecnicamente significa “viver, agir, comportar-se como cidadão”. É bastante discutido o sentido da utilização dessa palavra por Paulo nessa perícopé. A maioria dos estudiosos entende que ele quer chamar a atenção dos filipenses, que se orgulhavam de serem cidadãos romanos, para tomarem consciência de sua outra cidadania, que é a do Reino de Deus, cujo parâmetro é o evangelho, o qual deve ser vivido tanto dentro quanto fora da comunidade cristã; as interpretações no sentido técnico da palavra *politeuesthe*, na frase de Filipenses apresentam-se a partir de dois vieses:
 - que os cristãos não estão fora da vida social, pelo contrário, estão envolvidos nela e devem participar, tendo como parâmetro o Evangelho;
 - que exercendo a cidadania a partir do Evangelho, sua vivência política torna-se um testemunho do amor de Cristo, através de posturas éticas coerentes com o ser cristão;

Ambas as interpretações são importantes para equacionar a presença do cristão no mundo a partir de um viés bíblico, impulsionada por uma fé ativa. Denotam a necessidade de um marco cristão no meio das atividades temporais, não como algo exógeno à fé, mas como decorrente dessa.

1.2.2. Matiz Eclesiológico

Refere-se ao papel da Igreja no processo de construção de uma cidadania ativa. Desde Medellín, ela vem acompanhando os novos processos sociais emergentes, dentro de uma pedagogia popular de uma Igreja encarnada na história, sensível aos seus desafios e comprometida com as causas sociais. Assim, ela se questiona sobre a visibilidade de seu testemunho e a capacidade de comunicar a Fé, exercer a Caridade e anunciar a Esperança.

- A eclesiologia subjacente a essa teologia aproxima-se à das comunidades eclesiais de base, onde se faz presente uma dimensão política da fé que estimula a construção de uma sociedade justa e fraterna, motivada por uma utopia comum;
- Na vida das comunidades, o primeiro momento constitui-se num processo de conscientização em que, à luz da Palavra de Deus, desmascaram-se os ídolos de morte com seu projeto anti-Reino; no segundo momento, vêm a inserção de algumas pessoas, motivadas pela fé experimentada na comunidade e na utopia compartilhada com outros atores sociais, em partidos políticos e sindicatos que sejam convergentes com um projeto libertador de sociedade;
- Dentro, ainda, desse aspecto eclesiológico, são essenciais as iniciativas práticas propiciadas pela instituição eclesial, oferecidas aos cristãos como meios para exercitar uma cidadania ativa, tais como: Campanha da Fraternidade, Grito dos Excluídos, Plebiscito Popular, Semana da Cidadania, Romaria da Terra e da Água, Dia do Trabalhador Rural, entre outras. Tais ações configuram o universo de uma “Igreja em ação”, e apresentam-se como viés institucional para entender a necessidade de uma presença pública da fé cristã no quadro da sociedade pluralista moderna.

1.2.3. Matiz Cristológico

O terceiro matiz desse aspecto teológico da cidadania refere-se à práxis de Jesus Cristo, que é normativa para os cristãos.

- Ela é apresentada nos evangelhos sinóticos em três grandes momentos de sua vida: nas controvérsias diversas, nos desmascaramentos dos ídolos e na denúncia dos opressores;
- Embora tivesse uma conotação política, sua intuição fundamental era religiosa, apresentando o Deus da vida e combatendo os ídolos da morte;
- Esse matiz cristológico da cidadania tem o conteúdo central de resgatar elementos para o exercício de uma cidadania ativa, de acordo com a mensagem e, sobretudo, a ação de Jesus;
- Nas exigências éticas para o agir cristão, é fortemente acentuada sua identificação com a ação e a mensagem de Jesus Cristo a partir da ternura pelos pequenos e fracos, pobres e doentes, prática emblemática para os cristãos;
- No que se refere às fontes para descobrir esses elementos, é abordado especialmente o Evangelho de Marcos, nos capítulos iniciais (Mc 1, 2 e 3): com quais pessoas e grupos Jesus se relaciona; o que Ele faz; como as pessoas e grupos reagem à sua mensagem; como Ele reage a essas pessoas e grupos. A partir disso, busca-se construir indicações para uma convivência social, privilegiando os relacionamentos que conduzam a uma autêntica cidadania, e conclui-se com o seguinte: “Ninguém salva o mundo sozinho; todos têm que trabalhar. Viver é lutar. Não há possibilidade de concerto da sociedade sem concerto (isto é, todos juntos, afinados)” (Escola Diocesana de Fé e Política. Primeiro módulo. Jesus Cristo: Reino, Sociedade e Política.).

1.2.4. Matiz Ecológico

Finalmente, o matiz ecológico, cujo aspecto teológico agora tem se desenvolvido.

- Mediatiza-se a partir da “ética do cuidado”, que deve se dirigir a todas as dimensões da existência humana: interpessoal, planetária, ecológica e interior.

2. A relação Fé e Política, a partir da Teologia latino-americana

Outra ênfase teológica, profundamente ligada à teologia do engajamento social, refere-se à questão das relações entre “Fé” e “Política”, e tem por objetivo demonstrar que essas duas instâncias são conciliáveis.

A questão das relações entre Fé e Política é recente. Ela está profundamente relacionada com a postulação de uma autonomia das esferas que compõem o quadro do humano, entendida na perspectiva da modernidade como separação e até mesmo oposição. O racionalismo que se instaurou a partir de Descartes, juntamente com o positivismo de Augusto Comte e o modelo de ciência que daí nasceu, foram os fatores de um

dualismo entre “Fé” e “Razão”, que se desdobrou na prática em uma série de outras contraposições, entre elas a “Fé” e a “Política”.

A reflexão que ajuda a fazer essa articulação entre Fé e Política nas Escolas é a Teologia latino-americana da libertação, tendo como eixo epistemológico o pobre, buscando um modelo de sociedade que o favoreça em todas as suas dimensões: humana, cultural, econômica, política.

A Teologia latino-americana tem a característica de utilizar a mediação sócio-analítica para o conhecimento da realidade, sendo esse exatamente o primeiro momento de sua produção teológica. Com o auxílio das ciências sociais, busca-se detectar as causas da situação em que se encontra o pobre e entender esta realidade.

- A reflexão teológica latino-americana emerge da articulação entre a positividade da fé e a negatividade da realidade histórica dos pobres, sendo que nesse processo a fé tem a primazia determinante.
- Essa metodologia
 - relaciona a prática da teologia com a libertação dos oprimidos;
 - articula a fé e a práxis;
 - incide na práxis de transformação social;
- O militante cristão mergulha na realidade, mas com um diferencial: “à luz do evangelho”. Ele não o faz sozinho, mas em comunhão com outros que crêem no mesmo projeto, o que propicia o alento para continuar sua caminhada.
- A sociedade desejada se aproxima do modelo socialista, com rejeição do estilo capitalista neoliberal, considerado irreformável e excludente

Em segundo lugar, outra contribuição da reflexão teológica latino-americana está na linha de alguns modelos de relação Fé e Política. Destacam-se três modelos, o primeiro de Clodovis Boff, que teve grande influência nas reflexões da Teologia da Libertação, em seu aspecto metodológico; o segundo, de João Batista Libanio, útil para equalizar as contribuições da Fé à Política e vice-versa, e o terceiro, de Paulo Fernando Carneiro de Andrade, elaborado nos marcos da Campanha da Fraternidade de 1996 sobre “Fraternidade e Política”.

2.1. Modelo de Clodovis Boff

Clodovis Boff defendeu sua Tese Doutoral em Louvain em 1976, contribuindo efetivamente para uma epistemologia teológica da libertação (ou do político). Ele apresenta em seu trabalho três mediações, que se tornaram clássicas na reflexão teológica latino-americana, pelas quais o pensamento teológico trabalha seu objeto: sociopolítica, hermenêutica e prática da fé, uma tematização epistemológica do método da JOC que era “ver, julgar e agir”:

- No desenvolvimento de seu pensamento, Clodovis explica que o momento propriamente teológico de uma reflexão tem como ponto de partida a fé, sendo o primeiro momento, de leitura da realidade, o momento “pré-teológico”;
- No que tange especificamente à Fé e Política, ele apresenta a relação de reciprocidade dialética entre termos diferentes, como o modelo que mais se adéqua a uma prática teológica;
- Explica que existe uma relação assimétrica entre “Fé” e “Política”, enquanto a primeira age determinantemente sobre a segunda e produz uma reação. Em outros termos, a Fé tem uma relação específica com a Política, que ele chama de “dialética com determinante”. Neste, a Fé é o elemento determinante agindo sobre a Política. Assim, há uma relação de continuidade entre Fé e Política, isto é, a Fé leva necessariamente a um compromisso político em prol do bem comum, pois ela mediatiza-se através das obras;
- No entanto, há um movimento de descontinuidade da Política em relação à Fé, isto é, a prática política não conduz necessariamente a uma opção de fé;
- Tem o mérito de salvaguardar a transcendência e a precedência da Fé em relação à Política, fazendo a articulação dialética entre ambas, a partir da Fé.

2.2. Modelo de João Batista Libanio

João Batista Libanio apresenta outro modelo de relação, articulando a Fé e a Política como duas grandezas referenciais que se fecundam mutuamente, aportando uma à outra as riquezas de suas especificidades.

- Em um primeiro momento, Libanio apresenta o que a Fé aporta à Política.
 - em sentido filosófico, a Fé oferece um horizonte às utopias humanas, evitando que elas se fechem em uma perspectiva intra-mundana, apresentando a dimensão escatológica da vida.
 - em sentido sociológico, a Fé questiona toda pretensão da ideologia de se tornar uma totalidade explicativa da realidade, apontando para uma transcendência.
 - em sentido psicológico, a Fé motiva o cristão a se empenhar no serviço da Política e o sustenta nessa missão;
- Em um segundo momento, o teólogo apresenta as contribuições que a Política aporta à Fé.
 - ela exerce uma função crítica positiva, quando denuncia uma fé que se ideologiza a serviço da manutenção do status quo.
 - ela serve como uma mediação verificadora da Fé, pois as práticas políticas tornam-se mediações concretas da Fé, embora uma não se reduza à outra
- O teólogo procura salvar a fé da alienação e o compromisso político do ateísmo, estando nisso o grande mérito de seu trabalho, além das riquezas que ele acentua na “Fé” e na “Política”, ordenadas uma para a outra.

2.3. Modelo de Paulo Fernando Carneiro de Andrade

Paulo Fernando Carneiro de Andrade, na terceira parte de sua Tese Doutoral, sobre a Teologia da Libertação, busca estabelecer uma relação entre as esferas do progresso humano, libertação e teologia, para responder a várias questões colocadas à fé, especialmente da parte do marxismo.

- O ponto de partida de sua reflexão são as tentativas de articulação dessas esferas, que o teólogo chama de “escatológica” e “encarnacionista”;
- Segundo ele, a esfera “escatológica” se caracteriza por desvalorizar o agir humano na transformação do mundo, pois ele está ligado ao mal e qualquer tentativa de mudá-lo está fadada ao fracasso, pois tudo se resolverá com a irrupção do Reino no fim da história;
- Inversamente, a esfera “encarnacionista” vê a continuidade entre este mundo e o futuro, garantido pela encarnação do Verbo, sendo que a ação humana contribui para aproximar esse mundo do Reino definitivo;
- Segundo o teólogo, as duas posições encontraram eco no Vaticano II e nenhuma das duas foi sacralizada como sendo a definitiva;
- Na era pós-Conciliar, uma terceira esfera firmou-se, especialmente na América Latina, dentro da Teologia da Libertação, que Paulo Fernando chama de “transcendentalista”, isto é, Deus já opera a salvação na história através de mediações humanas, o que valoriza o agir humano;
- A partir de uma reflexão sobre a presença do mal nas estruturas sociais, que ele chama de “mal objetivo”, o teólogo estabelece uma relação entre Fé e Política através dos vieses da “ética” e da “escatologia”, caracterizando o agir político como uma ação ético-escatológica;
- Dessa maneira, a ação do cristão não é somente uma opção ética individual em “praticar o bem e evitar o mal” no mundo da política, ou ainda se munir de boas intenções no exercício do Poder, mas se dirige às estruturas geradoras de exclusão social, para transformá-las e aproximá-las o máximo possível do Reino definitivo;
- Essa posição foi a referência teórica do Texto-base da Campanha da Fraternidade de 1996, sobre Fraternidade e Política, um trabalho longamente preparado pela assessoria da CNBB, entre eles o teólogo em questão. Nesse Texto-base, há dois paradigmas clássicos:
 - o paradigma agostiniano-platônico busca articular Fé e Política por meio da escatologia. Nesse modelo, a ação política deve fazer com que as estruturas deste mundo se aproximem o máximo possível do Reino definitivo, ainda que de modo provisório e relativo;

- o paradigma aristotélico-tomista busca articular Fé e Política através da ética. A política seria um meio para o cristão exercer as exigências éticas de sua fé. O perigo desse modelo é que a política torna-se apenas uma opção possível entre outras que se colocam à disposição do indivíduo para que ele expresse os valores cristãos;
- A política passa a ser uma ação ético-escatológica, enquanto permite a construção de uma sociedade mais justa e fraterna, tornando o mundo mais próximo do Reino de Deus, aumentando a presença da Graça e diminuindo o “mal objetivo” presente nas estruturas da sociedade;
- A superação das “estruturas de pecado” se coloca como um imperativo evangélico, fruto da graça de Deus, que age através de mediações humanas.
- A articulação ético-teológica elaborada por Paulo Fernando é importante, pois une e articula duas grandezas da fé cristã, que é o eschatos e o ethos, a partir do compromisso político;

3. A Cristologia como Mediação da Articulação Fé e Política

Além da metodologia e de alguns modelos, a Teologia latinoamericana também contribui para uma reflexão situada sobre Jesus e seu projeto para o mundo, bem como para uma espiritualidade militante, na qual a Fé é motivação para a ação política.

- A referência ao Jesus histórico, situado no contexto da Palestina de seu tempo e profundamente presente no meio do povo, suas atitudes com relação aos excluídos e sua posição diante da Lei, do Templo e das instituições judaicas é relevante para a se estabelecer um nexo entre Fé e Política. Os evangelhos sinóticos servem de referência a essa perspectiva.
- O texto de Marcos 6, 30-44 é utilizado para explicar a atitude de Jesus diante da fome do povo, e, como desafia seus discípulos a responderem a essa problemática, utilizando seus poucos recursos e a organização do povo.
- Outro texto é o evangelho de Mateus 5, 1-12, no qual se destacam as exigências para os discípulos e as consequências da prática da justiça.
- Dentro ainda dessa perspectiva, adquire relevo a pregação de Jesus sobre o Reino de Deus, mas em chave escatológica. Esse não é entendido como algo que somente se realizará na vida eterna, mas como algo presente desde já na negatividade da história, atuante nela pela pessoa de Jesus, o que deve ser continuado pelos seus.
- Dentro da lógica de Jesus, o poder é serviço e doação da vida, sem espaço para os interesses particulares. Isso implica diversidade de funções, mas igualdade de dignidade, sendo recriminada todo tipo de competição sobre “quem é o maior” (Lc 22,24-27).
- A partir do Reino, tecem-se teias novas de relacionamento social, baseadas na liberdade e no respeito mútuo, simetricamente opostas ao que a sociedade oferece. Por isso, o Reino comporta uma exigência forte de “conversão” às suas exigências, para que ele seja mediado na história pelo agir cristão.
- A morte de Jesus adquire outra perspectiva. Ela não é vista como fatalidade, erro estratégico ou inexorabilidade, mas sim como consequência de uma vida que foi doada a todos e foi fiel até o fim. Nesse sentido, destaca-se sua dimensão políticorreligiosa, tendo como causa histórica a supremacia da ordem estabelecida e, como finalidade teológica, a doação até fim.

3.1. A mística como um Momento Forte da Relação Fé e Política

A dimensão cristológica ajuda a configurar uma mística, com o objetivo de integrar a *fides* enquanto experiência do Mistério, com o engajamento sociopolítico, para evidenciar que um aspecto não anula o outro.

- Na configuração dessa espiritualidade, adquirem relevo a força e a autoridade da pregação dos profetas, fundamentadas em sua profunda “experiência pessoal de Deus”. O fundamento dessa pregação é duplo: a “Aliança” e a “Experiência de Deus” como libertador e Deus da história. Nesse sentido, os profetas são ao mesmo tempo Místicos e Políticos.

- É objetivo cultivar a mística cristã para fundamentar a atuação social, a partir de uma espiritualidade libertadora. Com isso, quer se fomentar o profetismo na perspectiva da evangelização popular, para que os leigos sejam agentes de transformação por causa de sua fé.
- A dimensão da fé enfatizada nessa perspectiva é a *fides qua*, a fé-experiência, a partir do contato com a mensagem e a prática de Jesus, que se torna motivação e critério para o agir político do cristão, configurando uma espiritualidade do seguimento, pois ser cristão é cultivar uma relação pessoal com Jesus, e sua causa, pois Ele não pediu adoração, aclamação ou choro, mas “seguimento”.
- Nesse sentido, adquire relevância a *fides quae*, enquanto conhecimento do Jesus histórico e de sua práxis, não como teoria, mas como um *intellectus amoris*, isto é, como um saber que não fica somente em princípios, mas que move à compaixão e ao compromisso com a causa do pobre.
- “Mística” é uma palavra que pode levar a equívocos, se é compreendida como alienação ou então como algo marginal, acessório à fé, ou ainda como algo acessível somente a um pequeno grupo de seletos.

3.2. A Dimensão Moral na Relação Fé e Política

Outra ênfase teológica presente como perspectiva é a dimensão moral, com corte social. Amadurecido na comunidade cristã, esse encontro se traduz em um ethos, que é vinculante para os cristãos e que pode ser proposto a todas as pessoas que auspiciam uma sociedade justa e fraterna.

- Essa dimensão moral assume contornos sociais, configurando-se em uma Teologia Moral Social, expressa na Doutrina Social da Igreja;
- Os grandes princípios da Moral Social como “Dignidade da Pessoa”, “Direitos Humanos”, “Solidariedade”, “Participação”, “Justiça”, entre outros, estão presentes como perspectiva e também como conteúdo, mediados pelo estudo da Doutrina Social da Igreja;
- A terminologia “Doutrina Social da Igreja” refere-se aos “princípios de reflexão, critérios de julgamento e diretrizes para a ação” hauridos das encíclicas sociais pontifícias dos últimos 120 anos, desde Leão XIII, com a *Rerum Novarum* (1891), até Bento XVI com a *Caritas in Veritate* (2009);
- O estudo da Doutrina Social da Igreja tem uma dimensão prática, isto é, quer ser uma motivação para a ação, à luz da fé;
- O ensino e a difusão da Doutrina Social da Igreja visam, sobretudo, “evangelizar o social”, isto é, fazer com que a verdade do Evangelho chegue ao centro das decisões políticas e a todas as esferas sociais que se empenham em promover o bem comum da sociedade, para fazê-la mais conforme ao projeto do Reino de Deus.

3.3. O Protagonismo dos Leigos

A última ênfase teológica observada refere-se aos leigos.

- A salvação trazida por Jesus Cristo atinge todos os âmbitos que constituem o universo do humano, sendo assim missão da Igreja atuar essa salvação já realizada;
- Isso se dá especialmente pela presença do cristão leigo, que é ao mesmo tempo fiel e cidadão. Todos os seus atos, quando realizados em consonância com o projeto de Deus, serão uma participação nessa obra salvífica, fazendo frutificar as sementes de salvação presentes no seio da história;
- Faz do leigo o sujeito de sua formação e o educa para a ação transformadora, sendo que há uma insistência crescente nos documentos das Assembléias Gerais do CELAM sobre a questão do protagonismo do laicato na transformação do mundo a partir do projeto de Deus;
- Essa teologia do laicato destaca a responsabilidade dos cristãos leigos no empenho sociopolítico, “sujeitos” e “protagonistas” dessa ação. O que os fundamenta, ontologicamente, é o batismo, pelo qual são incorporados a Cristo e tornam-se sua presença no meio das realidades terrestres, onde sua presença é insubstituível.
- Está presente, na teologia do laicado, a reflexão desenvolvida por Ives Congar, utilizando o modelo de distinção, buscando uma via média entre uma perspectiva “encarnacionista” e “escatológica”.

- Enfim, a política é afirmada como uma realidade laica, que tem sua autonomia específica, seus meios e seus fins. Por isso, o leigo que está na política
- não é um “delegado” da Igreja (como na Ação Católica);
 - menos ainda um defensor dos interesses da hierarquia (como dentro de um regime de cristandade);
 - não precisa responder à Igreja por sua atuação política, embora esteja sempre aberto a uma avaliação ético-pastoral por parte da comunidade eclesial, a partir dos princípios do Ensino Social da Igreja.

ALVES, Antonio Aparecido. Tese: ESCOLAS DE FORMAÇÃO FÉ E POLÍTICA: UM ESTUDO TEOLÓGICO A PARTIR DO ENSINO SOCIAL DA IGREJA E DA TEOLOGIA LATINO-AMERICANA. Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro - PUC-RIO. 19/05/2010.

LIBANIO, João Batista. Fé e Política: autonomias específicas e articulações mútuas. São Paulo, Edições Loyola, 1985. 207p. (Coleção Fé e Realidade, 17).

ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro. Reflexões teológicas sobre a relação Fé e Política. In: PINHEIRO, José Ernanne (Org.). Cristãos em ação na política. Aparecida: Editora Santuário, 2006, p. 47-65. (Coleção Centro Fé Política, n. 1).

BOFF, Leonardo; MIRANDA, Márcia. A contribuição dos militantes cristãos na política partidária. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro (Org.). Fé e Política: fundamentos. Aparecida: Editora Idéias & Letras, 2004, p. 67-95

BOFF, Clodovis. Fé e Política. Alguns ajustes. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro (Org.). Fé e Política: fundamentos. Aparecida: Editora Idéias & Letras, 2004. p. 29-65.

BOFF, Clodovis. Teologia e Prática. Teologia do Político e suas mediações. Petrópolis: Editora Vozes, 1978. 407p.